



# O REGIME E A REGULAÇÃO URBANA EM TEMPOS DE RELATIVIZAÇÃO DAS ESCALAS: A DISPUTA PELA FORMAÇÃO DE COERÊNCIAS ESTRUTURADAS (ST 01 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL)

**Richard Lins**

IPPUR/UFRJ | richardlinsnog@hotmail.com

---

## Sessão Temática 01: Produção do espaço urbano e regional

---

**Resumo:** Alguns autores da geografia econômica têm discutido a necessidade de se construir uma geoeconomia política espacial da sociedade urbana em suas múltiplas manifestações. Essa tarefa engloba a articulação do movimento abstrato da totalidade estrutural em suas transformações na história de longa duração até sua manifestação territorial em múltiplas escalas espaciais que abrigam distintos aspectos no processo de reprodução do capital. Os processos atuais de globalização e financeirização que têm desorganizado, reestruturado e desterritorializado as coerências escalares entre economia e política, acabaram por reterritorializar uma nova dinâmica escalar de disputa constante entre vários circuitos de acumulação e instituições reguladoras na busca de estabelecer um novo padrão de coerência. Se antes era possível falar de uma funcionalidade da escala urbana para a reprodução dos regimes de acumulação e modos de regulação na escala nacional através de um regime urbano fordista, esses processos atuais têm colocado o desafio de compreender qual o papel do urbano enquanto escala com autonomia relativa. Nesse caminho, esse escrito tem como intuito realizar a articulação integrada de tais processos supracitados, com vias de estabelecer caminhos para a construção de uma geoeconomia-política espacial da urbanização em suas múltiplas causalidades escalares. Tal objetivo se constrói através de uma grande revisão teórica, integrando, em um alto nível de abstração, debates diversos, a fim de apontar, de modo geral, os diversos caminhos necessários para tal empreitada; ou ainda, busca-se elevar os níveis de questionamento a fim de possibilitar melhores visadas e direcionamentos na construção de uma visão transescalar sobre os processos de urbanização.

**Palavras-chave:** Geoeconomia-política da urbanização; Regime e regulação urbana; Estados Nacional de Bem-Estar Keynesiano; Regime Shumpeteriano de Workfare Pós-Nacional; Territorialização e reterritorialização.

## THE URBAN REGIME AND REGULATION IN TIMES OF SCALE RELATIVIZATION: THE STRUGGLE FOR THE FORMATION OF STRUCTURED COHERENCES

**Abstract:** *Some authors have spoken about the need to build a spatial political geo-economy of urban society in its multiple manifestations. This task involves articulating the abstract movement of the structural totality in its long-term historical transformations up to its territorial manifestation at multiple spatial scales, which encompass different aspects of the process of capital reproduction. The current processes of globalization and financialization, which have disorganized, restructured, and deterritorialized the scalar coherences between economy and politics, have ended up reterritorializing a new scalar dynamic of constant dispute between various circuits of accumulation and regulatory institutions, seeking to establish a new pattern of coherence. Whereas it was once possible to speak of the functionality of the urban scale for the reproduction of accumulation regimes and modes of regulation at the national scale through a Fordist urban regime, these current processes have posed the challenge of understanding the role of the urban as a scale with relative autonomy. In this context, this writing intends to carry out the integrated articulation of the aforementioned processes, with the aim of establishing paths for the construction of a spatial political geo-economy of urbanization in its multiple scalar causalities. This goal is built through an extensive theoretical review, integrating, at a high level of abstraction, various debates in order to generally point out the multiple paths necessary for such an endeavor; or still, it seeks to raise the levels of questioning in order to enable better perspectives and directions in building a trans-scalar vision of urbanization processes.*

**Keywords:** *Geoeconomy-Politics of Urbanization; Urban Regime and Regulation; Keynesian National Welfare State; Schumpeterian Post-National Workfare Regime; Territorialization and Reterritorialization*

---

## EL RÉGIMEN Y LA REGULACIÓN URBANA EN TIEMPOS DE RELATIVIZACIÓN DE ESCALAS: LA DISPUTA POR LA FORMACIÓN DE COHERENCIAS ESTRUCTURADAS

**Resumen:** *Algunos autores han hablado de la necesidad de construir una geoeconomía política espacial de la sociedad urbana en sus múltiples manifestaciones. Esta tarea abarca la articulación del movimiento abstracto de la totalidad estructural en sus transformaciones a lo largo de la historia de larga duración hasta su manifestación territorial en múltiples escalas espaciales que albergan distintos aspectos del proceso de reproducción del capital. Los procesos actuales de globalización y financiarización, que han desorganizado, reestructurado y desterritorializado las coherencias escalares entre economía y política, han terminado por reterritorializar una nueva dinámica escalar de disputa constante entre varios circuitos de acumulación e instituciones reguladoras en la búsqueda de establecer un nuevo patrón de coherencia. Si antes era posible hablar de una funcionalidad de la escala urbana para la reproducción de los regímenes de acumulación y modos de regulación a escala nacional a través de un régimen urbano fordista, estos procesos actuales han planteado el desafío de comprender cuál es el papel de lo urbano como una escala con autonomía relativa. En este sentido, este escrito tiene la intención de realizar la articulación integrada de tales procesos mencionados anteriormente, con el fin de establecer caminos para la construcción de una geoeconomía política espacial de la urbanización en sus múltiples causalidades escalares. Tal objetivo se construye a través de una amplia revisión teórica, integrando, a un alto nivel de abstracción, debates diversos, con el fin de señalar, de manera general, los diversos caminos necesarios para tal empresa; o bien, se busca elevar los niveles de cuestionamiento para posibilitar mejores enfoques y orientaciones en la construcción de una visión transescalar sobre los procesos de urbanización.*

**Palabras clave:** *Geoeconomía-política de la urbanización; Régimen y regulación urbana; Estado Nacional de Bienestar Keynesiano; Régimen Schumpeteriano de Workfare Post-Nacional; Territorialización y reterritorialización.*

## INTRODUÇÃO

Estamos imersos em um momento de grande alienação em que a abstração real crescente das cinco categorias fundantes – trabalho, terra, dinheiro, capital e Estado – acabou por engendrar e entronizar variadas formas ultrasofisticadas de dominação, que apresentam natureza cada vez mais abstrata (BRANDÃO, 2018, p. 45).

A temática da urbanização tem se demonstrado renovada nas últimas décadas, não apenas por imaginários, mas pelas transformações objetivas que a sociedade urbana tem sofrido, seja nas múltiplas reestruturações, estéticas, formais, mercantis etc. ou mesmo enquanto um entrave cotidiano material que se impõe na reprodução social em suas transformações. Independentemente de como se coloque, a urbanização em seu movimento não se explica por si mesma; antes, esta aparece como um aspecto ou uma das escalas em que a reprodução social se desenrola de forma particular, porém, de maneira combinada com outras escalas, sejam regionais, nacionais ou global. Por outro lado, a complexificação das relações espaciais particularizadas (urbana, regional, nacional etc.) têm demonstrado traços de especificidades cada vez mais intrincados, reificando suas relações como singularidades ensimesmadas, que se explicam por si. Esse par de complexificação singular e correlação geral, tem articulado um desafio renovador à construção de uma geoeconomia-política da urbanização, buscando erigir uma leitura articulada dos movimentos.

É nesse desafio renovado que esse escrito se insere, ou seja, busca-se aqui a construção de uma visão integrada dos processos de transformação da sociedade urbana contemporânea, tendo em mente sua relação com os processos geopolíticos e econômicos de neoliberalização. Se nas sociedades fordistas, com sua organização escalar particular, a urbanização se colocava como uma escala funcional na demanda efetiva, como pensar as tendências que o urbano toma nos atuais processos de desorganização escalar e neoliberalização? Esse debate exige retomar a leitura dos regimes de valor na estruturação de coerências estruturadas para posteriormente articular seus processos com a urbanização contemporânea. Tendo isso em mente, vale pontuar que tal esforço, em nível teórico, não tem como intenção fornecer respostas assertivas, mas sim, buscar construir bases para estabelecer uma série de perguntas aos processos atuais de urbanização em sua totalidade.

## A ESTRUTURAÇÃO DE REGIMES DE VALOR E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO

Em Marx (2013 [1867]; 2014 [1885]; 2017 [1894]), a lógica do capital aparece como um aspecto totalizante das relações sociais através do valor. A categoria do valor, enquanto trabalho em abstrato, é, nesse sentido, um universal pertencente à esfera da particularidade, ou ainda, aquilo capaz de “ligar” ou de “comparar” singulares no plano da generalidade através de uma “unidade” comum. Na mercadora, primeiro elemento analisado por Marx em *O Capital*, essa categoria já aparece como ponto de tensão em relação a sua parte unitária na contradição com o valor de uso. A manifestação mais concreta do valor enquanto valor de

troca aparece como forma de resolução dessa contradição na troca, colocando a mercadoria em movimento e substituindo a forma de valor relativa pela sua manifestação universal no dinheiro. Esse movimento, já no final do primeiro capítulo do volume primeiro d' *O Capital*, leva Marx a discutir o fetichismo das formas desdobradas do valor como uma relação reificada, que inverte a percepção dos agentes e os leva a compreender os signos do valor como suas fontes, derivando uma forma de dominação abstrata dos trabalhos dos homens sobre os próprios homens. De fato, baseando-se em Postone (2014), se poderia dizer que todos os volumes d' *O Capital* de Marx se dedicam a compreender como se manifestam essas formas desdobradas do valor em níveis de abstração distintos, como maneira de compreender as diferentes mistificações que o valor opera nas relações sociais capitalistas. Ou ainda, tem-se que o capital é, em suas formas, uma relação reificante. Isso não significa apontar que elas (as formas do valor) são falsas, uma vez que essas formas são necessárias às resoluções, no plano da ação estranhada dos agentes, dos desdobramentos que permitem o movimento próprio do capital (D-M-D'). Essas formas são, portanto, falseadoras, e sua compreensão exige a prospecção das suas categorias essenciais. Assim, na inacabada monumental obra d' *O Capital*, Marx apresenta, num movimento altamente abstrato, ainda que em planos analíticos distintos, a compreensão da essência do capital em seus processos de produção (Volume I), sua integração dialética com seu movimento ampliado de reprodução na circulação (Volume II), até chegar em algumas manifestações mais concretas na reprodução global do capital repartido em lucro, juros e rendas (Volume III). Esse esforço "essencialístico" levou Marx a "abstrair" a fixação do capital ao espaço num nível mais concreto, priorizando as relações deste no tempo abstrato (HARVEY, 2018, p. 129-152).

É nesse "vácuo" teórico que os diversos autores que buscaram elevar o nível de concretude da análise do capital e das formas do valor entram. Na necessidade de compreender as categorias que medeiam as relações espaço-temporalizadas do capital e do valor, se desenvolveu uma série de esforços teóricos por compreender o que se pode chamar de uma particularização das relações do capital, ou ainda, de totalidades parciais dentro da lógica do valor. Esses "desenvolvimentos desiguais" das relações capitalistas se particularizam por um lado ao manifestarem legalidades internas em seus regimes, e se totalizam por outro ao possuírem relações de prioridade lógica com o capital em geral, estruturando, assim, autonomias relativas à totalidade das relações do valor. Várias foram as nomeações dadas a essas totalidades parciais. Para dar conta das discussões pretendidas nesse escrito, realiza-se nesse tópico uma síntese das abordagens da Escola Francesa da Regulação e da Geografia Econômica, a fim de compreender a dinâmica do que se definiu como "regimes de acumulação e modos de regulação", bem como, das criações e destruições das "coerências estruturadas". Através da articulação desses arcabouços teóricos, se constrói uma leitura das transformações macroestruturais, no momento atual de neoliberalização, na formação dessas particularizações dos arranjos territorializados do valor. Esse esforço, apesar de não apresentar toda a riqueza dessa discussão, nos ajuda a delinear os traços gerais dessas questões, de modo a nos conceder arrimo a um posterior enfoque analítico na escala urbana.

A Escola Francesa da Regulação parte de uma leitura heterodoxa de Marx, Keynes, Schumpeter e Kalecki, e, de modo menos aparente, de outras abordagens como os institucionalistas. Tinham o intuito de superar as leituras “fossilizadas” (estruturalistas) de Marx através da articulação de questões “tanto econômicas como extra-econômicas, que são organizadas em estruturas e, simultaneamente, reproduzem uma estrutura determinante, o modo de produção”<sup>1</sup> (AGLIETTA, 2015 [1976], n/p. Tradução livre). Para a construção dessa leitura, buscavam uma análise das formas histórico-concretas de manifestação do capitalismo através da ideia da articulação entre “modos de regulação e regimes de acumulação”, substituindo as leituras de equilíbrio econômico pela investigação das dinâmicas institucionais e macroeconômicas que possibilitam a reprodução de um regime de valor espaço-temporalmente específico (JESSOP e SUM, 2006).

Boyer (2009, p. 64. Grifos no original) faz um apanhado geral da abordagem da escola, colocando que:

A reavaliação da abordagem marxista permite especificar as características das relações sociais fundamentais, tais como vigoram em uma sociedade e época dadas, como resultado de um processo histórico. [...] De fato, as lutas sociais, os conflitos políticos e as grandes crises econômicas e financeiras resultam quase sempre em novos compromissos institucionalizados que não mais dizem respeito apenas às relações Estado/economia, mas também à relação salarial e às formas de concorrência. [...] A questão da viabilidade do regime econômico associado a uma arquitetura institucional fica *a priori* aberta: somente a observação *ex post* de tal viabilidade dará a ilusão de funcionalismo. [...] Assim, a teoria da regulação desenvolve conceitos intermediários entre uma teoria válida em qualquer tempo e qualquer lugar e uma simples observação dos dados macroeconômicos. Ela é voluntariamente subdeterminada: cabe à análise empírica especificar a natureza das formas institucionais para uma economia e um período determinados.

Partindo disso, o autor formaliza um ferramental teórico-metodológico para a concretização das análises articuladas entre os modos de regulação – dispositivos jurídicos-institucionais que articulam certa coerência às relações capitalistas em um espaço-tempo determinado – e os regimes de acumulação – formas de obtenção e divisão dos ganhos da produção do trabalho social – formalizando assim uma “dinâmica econômica por meio da análise explícita do impacto das formas institucionais na distribuição da renda entre salário e lucro, e da compatibilidade do imperativo de valorização e de realização” (Ibidem, p. 79). No que tange aos modos de regulação, exige-se a compreensão da organização particular das cinco formas institucionais fundamentais (Ibidem, p. 48-54): i) regime monetário e de crédito; ii) relações no mercado de trabalho (relação salarial e dinâmica sindical); iii) padrões de concorrência; iv) formas e padrões de relação mercado-Estado; v) tipo e dinâmica de inserção internacional. Por outro lado, os regimes de acumulação, colocam a caracterização dos padrões de desenvolvimentos (Ibidem, p. 79-89), articulando formas de concorrência, tipos de

---

1 No original: “both economic and non-economic, that are organized in structures and themselves reproduce a determinant structure, the mode of production”.

acumulação – intensiva ou extensiva – e sua relação com a estruturação ou não com o consumo de massas, formando assim diferentes padrões de repartição dos produtos do trabalho. Seguindo essa abordagem, a articulação coerente entre esses padrões diversos dos modos de regulação e regimes de acumulação se dão em achados históricos-concretos, e devêm da particularização das relações do capital num tempo-espaço específico.

Num outro caminho, ainda que com diálogos com os regulacionistas franceses, os autores anglo-saxões da geografia econômica deram grandes contribuições para compreensão da espacialidade da dinâmica capitalista. Dentre eles, as leituras de Harvey (2013 [1982]) foram fundamentais para a compreensão da estruturação de contradições que estabelecem certos limites espaciais que “constrangem”, de forma desigual e combinada no tempo e no espaço, particularizações nas formas de valorização do valor. Essa contradição tem sua estruturação básica na relação entre tendências opostas de movimento e fixidez do capital: por um lado, a valorização do valor aparece como um movimento constante de mutabilidade de formas<sup>2</sup> que buscam sustentar a extração de mais-valor da maneira mais livre possível em relação ao espaço; por outro, o valor aparece como muitos componentes fixos incorporados ao espaço, partes do capital constante, que dão suporte ao processo de valorização. Essa forma fixa que o capital assume, ao negar sua essência mutável, gera, na dinâmica da valorização, uma série de constrangimentos ao capital, exigindo seu engajamento com certas formações espaço-temporais para manutenção de sua reprodução. Esse engajamento espacial varia de acordo com as formas de capital, elevando o nível de concretude das análises espacializadas ao plano da pluralidade de capitais (industrial, mercantil, à juros, e outros com características singulares que podem se manifestar em contextos diversos). Esse processo leva à construção das chamadas coerências estruturadas (HARVEY, 2005 [1981], p. 146), numa espécie de coalizção de interesses diversos (de regulamentação e remuneração na relação capital-trabalho) que permite uma variedade particular de reprodução social capitalista com certa coerência territorial (geralmente, formalmente representada através do Estado ou alianças regionais em distintos níveis institucionais de coerências), que se reforça de maneira plural em escalas espaciais<sup>3</sup> diversas a partir de múltiplas instituições, das culturas (no sentido

---

2 Respectivamente, seguindo as explanações acerca do processo de produção do capital em Marx (2013 [1867]), Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro', que pode ainda ser desdobrado em  $D-M(MP+FT)...P...M'-D'$ , onde o capitalista busca valorizar o capital inicial (D) na aquisição de meios de produção (MP) e força de trabalho (FT), aplicando-os no processo de produção (P) que resulta na mercadoria  $M' (M+\Delta M)$ , que buscará se realizar em  $D' (D+\Delta D)$ , de modo que a diferença entre D e  $D' (\Delta D)$  corresponde ao mais-valor extraído no processo produtivo.

3 Vale pontuar aqui, portanto, que a escala não é vista como uma definição territorial delimitada institucionalmente de forma estática. Antes, esta é compreendida como a articulação relacional e relativa de condicionantes econômicos (circuitos de acumulação e infraestruturas de comunicação e circulação), políticos (instituições, paisagens regulatórias e padrões de interesses de estratos sociais diferenciados) e ideológicos (culturais, religiosos, artísticos etc. que conformam as “visões de mundo”). A articulação desses fatores dá a uma porção delimitada do espaço e do tempo uma coerência estrutural à reprodução do capital. Cria uma “forma resolutive única” às diversas contradições que entrecruzam aquele contexto sócio-histórico e que permite, por conseguinte,

amplo do termo), nacionalismos, regionalismos e/ou localismos. Essa coerência espacial, portanto, se manifesta em diversas escalas, na articulação entre os agentes, circuitos de acumulação e instituições que atuam nos âmbitos nacionais, regionais e/ou locais. Esses arranjos de reprodução social coerentes articulam uma forma particular de inserção na divisão internacional do trabalho, na maneira como desenvolvem seu mercado interno, no padrão de atuação institucional na mediação de disputas na relação capital-trabalho, capital-capital e soberania territorial, enfim, na maneira como criam uma dinâmica única no tempo e no espaço que deem uma coerência reprodutiva para os diversos dispositivos que perpassam a valorização do valor em seu espaço. Têm-se, portanto, que:

Não há e nunca poderá haver um sistema único de valores. É impossível fugir das práticas histórico-materialistas mediante as quais o movimento do capital em todo o mundo constrói e utiliza as diferenças geográficas no que diz respeito à maneira como o trabalho social realizado para os outros é concebido, utilizado e mensurado em diferentes regiões. [...] No curso de seu movimento espacial, a universalidade do dinheiro mundial se depara com oportunidades radicalmente diferentes de valorização e condições substancialmente diferentes para a realização, não apenas por variações de vontades, necessidades e desejos, mas também por diferenças na capacidade de pagar. Embora a concorrência (até mesmo aquela de cunho monopolista) possa funcionar para amenizar algumas dessas diferenças, em outras instâncias ela ativamente produz diferenças geográficas — mais evidentemente por investimentos diferenciais em capital fixo e no fundo de consumo do meio ambiente construído, que são fonte de rendas fundiárias e imobiliárias diferenciais no cenário mundial. Isso conduz a um aguçamento da concorrência entre economias locais, regionais e grandes potências no cenário mundial. A construção ativa de espaços alternativos na economia global torna-se uma das características principais, embora muitas vezes negligenciada, da natureza da lei do movimento do capital (HARVEY, 2018, p. 167-8).

O que se constrói, por conseguinte, é um dinâmica constante de destruição e criação dessas coerências, através da busca de reajustes na articulação entre uma lógica de movimento e expansão do capital em geral e sua inversa fixidez espacial em infraestruturas e instituições diversas. É nesse sentido que Brenner (2010) nos aponta a globalização como um processo constante de *desterritorialização* e *reterritorialização* através do reescalonamento das relações sociais que estabelecem certas coerências, ou ainda, particularizações de regimes de valor. Assim, há em processo um movimento de desorganização escalar, de forma que as correspondências entre os projetos de Estados Nações e suas manifestações urbanas, metropolitanas e regionais têm se reconfigurado de maneira a materializar uma série de

---

a construção de uma “estrutura particularizada”. Tal coerência, dado a diversidade de determinações que abriga e recebe, está sempre em constante mutabilidade na busca de “reestruturar” sua coerência. Uma definição mais detalhada do papel das escalas espaciais nas relações sociais pode ser obtida em Jessop, Brenner e Jones (2008). Uma compreensão mais rica acerca da relação entre as coerências estruturadas e as escalas espaciais pode ser retirada de Harvey (2005 [1981]).

autonomias relativas às diversas escalas espaciais, construindo uma espécie de variação<sup>4</sup> de capitalismo urbanos, metropolitanos, regionais e/ou nacionais (BRENNER, PECK e THEODORE, 2010a). Ou ainda, pode-se dizer que há uma disputa de diferentes territorializações de capitais em estabelecer novas hegemonias escalares de acumulação junto a uma série de experimentações institucionais que possam promover novas coerências (JESSOP, 2008). Segundo Brenner, Peck e Theodore (2010b), são essas dinâmicas que estruturam o processo de neoliberalização, onde o desafio estabelecido é compreender como esse mapa de transformações transescalares em movimento se articula em tendências mais amplas. Assim:

[...] os processos de neoliberalização também transformaram os próprios arcabouços geoinstitucionais dentro dos quais o desenvolvimento regulatório desigual se desenrola, fazendo com que formas contextualmente específicas de experimentação regulatória e transferência interjurisdicional de políticas sejam canalizadas ao longo de caminhos com tendência a serem disciplinados pelo mercado. Esse regime de normas certamente não diminuiu nem dissolveu a dependência endêmica da trajetória e a especificidade contextual dos projetos de reforma neoliberalizadores. Porém, transformou qualitativamente o que poderia ser chamado o "contexto do contexto", isto é, o terreno político, institucional e jurídico dentro do qual os caminhos local, regional e nacionalmente específicos da reestruturação regulatória são forjados (*Ibidem*, p. 30).

Essas transformações nas particularizações dos regimes de valor, em sua generalidade, nos contextos de neoliberalização, se concretizam nos Estados através da transmutação dos *Estados Nacionais de Bem-Estar Keynesianos* (ENBK) para os *Regimes Schumpeterianos de Workfare Pós-Nacionais* (RSWP) (JESSOP, 2008). No primeiro: i) Estado: atuante na compensação das falhas de mercado; ii) Nacional: forte relação vertical entre escalas, com primazia para a escala nacional na formulação de políticas econômicas e sociais; iii) de Bem-Estar: preferência às negociações coletivas de corte corporativo, buscando generalizar as condições de consumo de massa (sejam individuais em mercadorias estandardizadas ou coletivos na reprodução diária da força de trabalho), garantindo direitos sociais e o exercício da cidadania; iv) Keynesiano: busca de criação de condições que permitam uma demanda efetiva (*Ibidem*, p. 71-4). No segundo: i) Regime: substituição do modelo de administração centralizada do Estado por um maior papel da "governança auto-organizada", onde mesclam-se agentes públicos e privados nas tomadas de decisão; ii) Schumpeteriano: um Estado competitivo, que busca promover as condições econômicas e extra-econômicas necessárias para triunfar na concorrência mundial; iii) de Workfare: subordinação das políticas sociais às políticas do trabalho, pressionando a redução do salário social, das políticas de consumo coletivo e flexibilizando as relações de trabalho; iv) Pós-Nacional: assume os processos de relativização das escalas como pressuposto político (apesar de preservar o papel dos Estados

---

4 "Variação" é um termo emprestado da botânica e se refere à diferentes características em plantas da mesma espécie. Ele é empregado pelos autores na busca de expressar um desenvolvimento capitalista que é único (no sentido de ser articulado em totalidade), mas que se manifesta de formas múltiplas no tempo e no espaço.

Nacionais), abrindo espaço para as diversas disputas econômicas entre as classes e suas frações pela busca de estruturar uma nova coerência escalar de acumulação (*Ibidem*, p. 303-337). Esses traços gerais não cobrem uma série de peculiaridades e singularidades dentro das diversas possibilidades de experimentações que os Estados podem realizar na busca de resolver suas crises, gerando, assim, uma variedade de “taxionomias” possíveis entre tais “tipos ideais”. Porém, o autor coloca que essas taxionomias acabam por configurar “sub-tipos” dentro dessas configurações mais gerais, de forma a não comprometer a credibilidade da generalização.

Toda essa articulação teórica, acerca da estruturação dos regimes de valor, bem como, as formas que esses tomam nos contextos atuais em seus modos de regulação e regimes de acumulação, nos ajudam a estruturar uma espécie de geopolítica da relativização escalar. É a partir desses processos que podemos compreender, enquanto totalidade de totalidades, ou ainda, manifestações particulares de regimes de valor com autonomias escalares (em relatividade com os processos gerais) diversas, como se configura a possibilidade de discutir uma variegiação escalarmente plural de capitalismo. No urbano, esses processos se manifestam com uma série de especificidades categóricas, as quais serão exploradas no tópico a seguir.

## **OS REGIMES URBANOS: DO WELFARE AO WORKFARE**

Dada a compreensão acerca da relativização das escalas, em suas múltiplas disputas entre classes e suas frações com poderes escalares desproporcionais em buscar de erigir padrões hegemônicos de acumulação, temos em consequência a materialização de uma variegiação de nacionalizações, regionalizações, metropolitizações e/ou urbanizações, de expressões capitalistas. Nesse caminho, ao revisitar a discussão sobre regimes urbanos trazendo esses novos elementos, podemos dar margens para a compreensão integrada dos processos.

Abramo (1995), em seu texto clássico *A regulação e o regime urbano*, realiza uma incursão teórica resgatando os autores da Escola da Regulação a fim de estabelecer uma série de mediações entre “a articulação geral do capitalismo [em seus modos de regulação e regimes de acumulação específicos] e a estrutura urbana” (*Ibidem*, p. 510-11), estabelecendo assim um nexos causal entre processos escalares operados nas diversas formações particulares com as estruturações de regimes urbanos. Nesse esforço, o autor aponta que, dependendo das formas de particularização dos regimes de acumulação na escala nacional – formas intensivas ou extensivas de acumulação, bem como, os padrões de repartição do excedente e sua influência sobre as formas de consumo – e dos modos de regulação – os padrões e a articulação entre as cinco formas institucionais – podem se circunscrever diferentes “funcionalidades urbanas” às escalas diversas de reprodução social. Assim, “podemos dizer que não há um único processo de urbanização, associado [...] mas, sim, processos de urbanização no sentido plural” (*Ibidem*, p. 514), dadas as diversas possibilidades de articulação entre modos de regulação e regimes de acumulação em formações espaço-tempo

particulares, de maneira a estruturar diferentes processos de urbanização. Nesse sentido, temos que:

Como essa relação [entre o urbano e as outras escalas de reprodução social] assume características particulares ao longo da historicidade capitalista (regimes de acumulação), as funcionalidades da cidade também se alterarão ao longo do tempo. [...] Assim, um regime de acumulação e um modo de regulação inscrevem suas marcas de singularidade histórica nas diferentes funcionalidades da cidade. Mas essas funcionalidades são, antes de tudo, noções gerais que se manifestariam, na maior parte dos casos, através de critérios locais urbanos específicos. Esses critérios, historicamente determinados pelos regimes de acumulação e pelos modos de regulação, serviriam de orientadores, de "guias", do que vamos chamar de "regimes urbanos" e dos seus mecanismos de reprodutibilidade: os "modos de regulação urbanos" (*Ibidem*, 1995, p. 515).

Nesse caminho, ainda seguindo o autor (p. 520-6), olhando a estruturação de um contexto fordista<sup>5</sup>, a coerência entre as escalas nacionais e suas respectivas manifestações urbanas se dariam através de uma espiral de crescimento à acumulação de capital, articulando demanda efetiva e consumo de massas, colocando o urbano como um espaço de formação de demanda efetiva. Tal padrão de acumulação articula: i) a mercantilização dos espaços de reprodução da força de trabalho como estímulo ao consumo de bens duráveis; ii) estabelecendo formas de fundo de consumo privados (como habitações em massa) e coletivos (a partir de serviços diversos) que permitam a viabilidade desse consumo de massa; iii) a separação entre o habitar e o trabalhar abre espaço para inserção do automóvel como um dos principais itens desse consumo de massas na formação de demanda; iv) esse processo que, de maneira geral, leva ao espraiamento da urbanização, carrega a necessidade, por parte do Estado, da construção de uma série de infraestruturas urbanas que deem suporte a tal espiral de crescimento, estabelecendo um novo circuito de acumulação que estimula a demanda.

Essa abordagem, mantém-se objetiva quando circunscrita à realidade das formações espaciais dos regimes de acumulação e modos de regulação dos ENBK's, porém, dado as discussões acerca da relativização das escalas nas diversas disputas em erigir uma escala hegemônica de acumulação nos RSWP's, tais análises necessitam de novas mediações para acompanhar os movimentos da urbanização contemporânea. Nesse sentido, de forma a construir essas mediações, penso ser interessante discutir aquilo que se definiu chamar de "empreendedorismo urbano" (HARVEY, 2005 [1985]), que tem levado para uma reinvenção das cidades para sua inserção no mercado mundial (SÁNCHEZ, 2003), de forma que a escala urbana tem se configurado como o lócus privilegiado da destruição criativa das coerências estruturadas do fordismo, e, paralelamente, espaço estratégicos dos processos de neoliberalização (BRENNER e THEODORE, 2002; PECK, BRENNER e THEODORE, 2009).

---

<sup>5</sup> Apesar das particularidades dos debates envolvidos, para efeito de simplificação da discussão aqui proposta, vamos considerar uma formação sócio-histórica "fordista" como sinônimo de uma estrutura espaço-temporal com um Estado Nacional de Bem-Estar Keynesiano (ENBK).

Ao trazer essa leitura ao contexto da reestruturação produtiva e das políticas de competitividade por atração de capitais diversos entre as cidades, Harvey (2005 [1985]) busca compreender o papel que o processo de urbanização tem assumido nas dinâmicas político-econômicas do desenvolvimento geográfico desigual em tal conjuntura. Nesse caminho, o autor cita que, dado as crises urbanas, decorrentes, de modo geral, da crise do regime fordista de acumulação, bem como, de seu modo de regulação, muitos gestores e empresários urbanos buscaram encontrar soluções para a atratividade local dos diversos fluxos de capital que fugiam do controle do Estado-Nação. Concitando que:

[...] é sintomático da reorientação das posturas das governanças urbanas adotadas nas últimas duas décadas nos países capitalistas avançados. Em outras palavras, a abordagem "administrativa", tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e "empreendedoras" nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Digno de nota é que esse consenso, aparentemente, difunde-se nas fronteiras nacionais e mesmo nos partidos políticos e nas ideologias. [...] Além disso, a ascensão do empreendedorismo urbano talvez tenha tido um papel importante na transição geral da dinâmica do capitalismo de um regime fordista-keynesiano de acumulação capitalista para um regime de "acumulação flexível"<sup>6</sup> (HARVEY, 2005 [1985], p. 165-67).

Por conseguinte, o autor aponta que essa interpretação da cidade enquanto mercadoria que se vende em um mercado mundial, pode reificar os processos de urbanização como agente econômicos ativos, fetichizando sua construção social, ou ainda, velando a relação entre processo e objeto, onde as formações de coalizões instáveis e repletas de interesses contraditórios, usam-se da urbanização como forma de valorização do capital, apropriação de rendas diversas, e/ou fins políticos específicos. Harvey (2005 [1985], p. 170-72), ainda aponta três asserções amplas acerca de tal empreendedorismo: i) tem como elemento principal as Parcerias Público Privadas (PPP), onde a iniciativa local se integra com os poderes governamentais locais, na busca de atrair fontes externas de financiamento, investimentos, e/ou fontes de emprego; ii) diferente de um planejamento racionado e coordenado centralmente, o que define essa estratégia como empreendedora é seu caráter especulativo, pois tem como base as incertezas de investimento dentro do mercado e da concorrência; iii) possui um enfoque muito maior na economia-política do lugar que do território, ou seja, abandona até certo ponto as lógicas de direitos sociais e Meios de Consumo Coletivo, abraçando estratégias de requalificação de lugares na esperança de promover a atratividade de investimentos. Derivado disso, o autor aponta quatro alternativas básicas relativas ao empreendedorismo urbano (*Ibidem*, p. 172-78) onde: i) a competição dentro da divisão

---

<sup>6</sup> Existe um grande debate acerca da validade do termo "acumulação flexível". Para não haver delongas sobre tal questão, recomendo que o encaremos como sinônimo de "regime de acumulação pós-fordista", uma vez que, na época em que Harvey (2005 [1985]) escreveu tal texto, ainda não havia se realizado uma série de discussões, da qual aqui se serve, que atualizaram e renovaram o debate.

internacional do trabalho explora vantagens específicas, seja de recursos naturais, de localizações estratégicas dentro dos fluxos de mercadorias e capital, e/ou vantagens criadas/construídas através de investimentos públicos e/ou privados em infraestruturas diversas, subsídios fiscais ou de crédito, bem como, custos de oferta local de força de trabalho; ii) compete-se, também, dentro da divisão internacional do consumo, buscando mover recursos financeiros através de atrações turísticas diversas, embasando um estilo consumista de urbanização, que se sustenta na renovação urbana, na inovação cultural, bem como, atrações diversas de consumo e entretenimento; iii) também há a luta feroz pela obtenção de atividades de controle e comando das altas finanças, da governança e da coleta e processamento de informações, principalmente por meio da provisão de infraestruturas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's); iv) há ainda a competição pelo acesso aos fundos públicos que proporcionem suporte e prosperidade para as "máquinas de crescimento" através da urbanização, por meio de contratos e coalizões em múltiplos níveis de governo que permitam transferências de renda em diferentes escalas institucionais. Por último, cabe colocar que tais estratégias não são excludentes, e se articulam de formas diferentes dentro das diversas realidades, conformando uma variação complexa de desenvolvimento desigual entre regiões ganhadoras e vencedoras.

Ao trazer as leituras da cidade dentro do campo da luta simbólica, Sánchez (2003, p. 112-46) busca demonstrar como a viabilização dessa gestão empreendedora do urbano envolve uma série de disputas pela reconstrução de leituras e discursos que sustentam uma imagem de cidade. Uma vez que a cidade é interpretada através de diversos olhares, é possível indicar que existe uma pluralidade de leituras acerca da cidade, de modo que, segundo a autora, as imagens-sínteses oficiais, buscam evocar uma hegemonia representativa, não abrindo espaço para a pluralidade, e impondo-se através da aparência inquestionável de uma leitura objetiva e realista de cidade e da sua necessidade de modernização. Tal estratégia naturaliza o urbano, escondendo seu processo social de materialização. O projeto de modernização, quando materializado e solidificado na arquitetura e na paisagem urbana desses novos modelos de cidade, reconfiguram e omitem narrativas, realizando sínteses seletivas parciais favoráveis aos interesses de sujeitos específicos, de modo que "há um complexo intercâmbio entre transformação material e simbolismo cultural, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades" (p. 117). Essas materializações, reestruturações e disputas discursivas diversas, se configuram como novas formas de espacialização do poder na produção e apropriação do urbano, que se baseia numa prática política de definição do outro de modo excludente e estereotipado, buscando desqualificar simbolicamente o lugar que este ocupa.

Nesse sentido, a autora (*Ibidem*, p.363-409) aponta que, dentro do contexto em que a globalização é apresentada como fato inexorável, as cidades foram reinventadas para competir nesse novo mercado global, de modo que a cidade-empresa e a cidade mercadoria se tornaram os modelos de sucesso de gestão urbana, que se articulam através dos instrumentos do *city marketing* como formas de difusão e afirmação. Esse processo possui

uma confluência transescalar de construção discursiva, que articula agentes e sujeitos diversos como agências multilaterais e vários organismos internacionais, e/ou agentes especializados dos setores públicos e privados, que atuam nas consultorias técnicas diversas e garantem a base para a imposição simbólica acerca dos modelos de planejamento e urbanização. No campo político (p.433-486), há também a construção da ideia do “prefeito empreendedor”, como um líder carismático que possui a competência técnica (e, portanto, cientificamente certificada) para realizar uma gestão (empresarial) urbana de sucesso, bem como, a fabricação de um novo tipo de cidadania patriota, que garante a construção de hegemonia sobre o projeto de cidade, e que legitima os interesses das coalisões que buscam reestruturar o urbano sob as circunstâncias de seus interesses. Desse modo, é perceptível que:

Um conjunto de orientações estratégicas e de representações que as cidades legitimam configuram uma agenda urbana tornada dominante na virada do século, difundida por agências multilaterais de desenvolvimento, consultores internacionais e alguns governos locais. O alcance político dessa agenda pode ser identificado em sua rápida absorção, em maior ou menor grau, nos atuais projetos de renovação urbana em diversas partes do mundo. [...]. Baseados na ideologia do voluntarismo localista, alguns governos municipais vêm transformando a gestão pública em administração empresarial e, sob essa orientação, apresentam as cidades como espaços atrativos para os investidores ligados aos diferentes mercados ligados aos interesses localizados. É nessa circunstância histórica que tem emergência a cidade-mercadoria, a cidade vendida como produto no mercado mundial. Para a potencialização dessa venda, uma combinação de transformações materiais e representações, reunidas em imagens-síntese, são acionadas como atributos mercadológicos do produto-cidade, construído por meio de um instrumento que ganha centralidade nas políticas urbanas: o *city marketing* (SÁNCHEZ, 2003, p. 547-48).

Ao confrontar essa discussão com o conceito de neoliberalização em sua trama transescalar, adaptável e contraditória, autores como Brenner, Peck e Theodore (2002) e Peck, Brenner e Theodore (2009), buscam debater a possibilidade desses novos modelos de gestão urbana se colocarem como articuladores da destruição criativa das coerências escalares do fordismo. Nesse sentido, os autores apontam que os modelos neoliberalizantes de urbanização podem se colocar como arenas-chave, ou ainda, alvos principais dos experimentos regulatórios e institucionais do *Workfare*, de modo que o urbano pode se materializar como a principal escala onde se articulam as rodadas de neoliberalização, ao desafiar a hegemonia da escala nacional. Segundo os autores, isso não significa dizer que o urbano é (ou mesmo possa ser) a primazia escalar de acumulação pós-fordista, mas simplesmente que elas se tornaram nódulos críticos e pontos de tensão na evolução políticas transescalar, experimentadas, contraditórias e adaptáveis da neoliberalização. Por conseguinte:

[...] a destruição criativa do espaço institucional na escala urbana não assume a forma de uma transição linear de um modelo genérico da "cidade de bem-estar" para um novo modelo da "cidade neoliberal". Em vez disso, esses processos multifacetados de transformação institucional local implicam um processo de disputa, tentativa e erro, no qual um repertório ascendente de estratégias experimentais está sendo mobilizado em formas e combinações

específicas do local. No entanto, mesmo em sua forma madura, essas estratégias de localização neoliberal muitas vezes agravam os problemas regulatórios que eles aparentemente procuram resolver – como a estagnação econômica e o desemprego – levando, por sua vez, a novas rodadas de mutação imprevisível. Consequentemente, as múltiplas formas e caminhos da urbanização neoliberal devem ser vistas [...] como estratégias de reestruturação profundamente contraditórias que estão desestabilizando significativamente paisagens herdadas de governança urbana e regulação socioeconômica. A paisagem institucional do urbanismo neoliberal é consequentemente turbulenta e dinâmica, cuja turbulência contínua reflete a criatividade contraditória do neoliberalismo – sua capacidade de responder repetidamente às falhas endêmicas do projeto e implementação de políticas através de uma série de estratégias de deslocamento de crises, ajustes de políticas e reformas experimentais. A paisagem da neoliberalização – sua superfície topográfica – é, portanto, desigual e instável<sup>7</sup> (PECK, BRENNER e THEODORE, 2009, p. 64. Tradução livre).

Nesse caminho, temos o urbano como o espaço privilegiado para experimentações regulatórias voltadas ao mercado na busca de consensos ideológicos que garantam a reativação de circuitos diversos de acumulação de capital. É possível nesse sentido, argumentar que, atualmente, o regime e a regulação urbana não devem ser encarados apenas como transições entre seus correspondentes na escala nacional. Há, portanto, uma autonomia relativa no que concerne à escala urbana nas relações entre os múltiplos agentes e sujeitos que configuram sua materialização, conformando uma variação de regimes urbanos de acumulação capitalistas, bem como, de configurações institucionais diversas que buscam suas coerências de reprodução em uma pluralidade de modos de regulação urbanos. Formam-se, nesse contexto, conflitos escalares diversos que colocam os regimes urbanos como os principais desafiadores das configurações institucionais dos *Welfare's*, e, consequentemente, como os principais modelos disseminados de implementação de *Workfare's*.

---

<sup>7</sup> No original: “[...] that the creative destruction of institutional space at the urban scale does not take the form of a linear transition from a generic model of the ‘welfare city’ towards a new model of the ‘neoliberal city’. Rather, these multifaceted processes of local institutional transformation entail a contested, trial-and-error searching process, in which an ascendant repertoire of experimental strategies is being mobilized in place-specific forms and combinations. However, even in their mature form, these strategies of neoliberal localization often exacerbate the regulatory problems they ostensibly seek to resolve – such as economic stagnation and un(der) employment – leading in turn to further rounds of unpredictable mutation. Consequently, the manifold forms and pathways of neoliberal urbanization should be seen [...] as deeply contradictory restructuring strategies that are significantly destabilizing inherited landscapes of urban governance and socioeconomic regulation. The institutional landscape of neoliberal urbanism is consequently a churning, dynamic one, the continued turbulence of which is reflective of neoliberalism’s contradictory creativity – its capacity to repeatedly respond to endemic failures of policy design and implementation through a range of crisis-displacing strategies, fast-policy adjustments, and experimental reforms. The landscape of neoliberalization – its topographical surface – is therefore both uneven and unstable”.

## SISTEMATIZANDO QUESTÕES: O URBANO E AS DISPUTAS PELA FORMAÇÃO DE COERÊNCIAS

Essas abordagens, apesar de possuírem uma série de semelhanças, raramente se encontram de forma a nos ajudar a compreender como o urbano se estrutura hoje dentro de seus processos geopolíticos e geoeconômicos. Ao configurarem os processos gerais de transformação no papel dos Estados de ENBK para RSWP, bem como, de suas variedades em taxinomias diversas, constrói-se uma leitura trans e multiescalar das autonomias relativas das diversas competições por erigir projetos hegemônicos de acumulação. Dessa maneira, explicita-se o caráter social, dentro das diversas disputas estabelecidas, das transformações atuais, onde tende-se a mercantilizar as múltiplas esferas da vida a partir de rodadas contraditórias de neoliberalização. Esses processos, ao se configurarem numa pluralidade de destruições criativas de coerências escalares através de disputas entre agentes e sujeitos com poderes escalares desproporcionais em erigir projetos hegemônicos de acumulação, têm, conseqüentemente, aberto espaço para uma complexificação do desenvolvimento geográfico desigual e combinado em níveis variados. Ou seja, uma vez que a relativização das escalas passa a ser um dos aspectos de desmonte dos *Welfare's* e construção de *Workfare's*, essa relativização, ao estruturar uma variação (multiescalar) de coerências com autonomias relativas diversas, ou ainda, urbanizações, regionalizações e/ou nacionalizações de capitalismo com processos particulares e articulados, complexifica a análise desigual e combinada desse mosaico geográfico do capitalismo.

No que tange especificamente à escala do urbano, verifica-se, dentro de um constante processo de tentativa e erro, a busca da instauração de modelos que procuram inserir a urbanização como uma máquina de crescimento econômico estável na geração de demanda, através de coalizões complexas e frágeis entre agentes diversos que buscam lucrar com o "crescimento" da cidade. Tal lógica tem se conformado, dentro do mercado mundial de venda de monopólios localizacionais na atratividade de capitais, como uma gestão empreendedora do urbano. Configura-se, assim, uma espécie de transmutação entre: i) modos de governança mais administrativos do modelo fordista, que se colocavam como regimes de transição em relação a escala nacional, de modo a regular o urbano de maneira a garantir o consumo de massa e a relativa manutenção do status de cidadão, principalmente através do acesso a meios de consumo coletivos; para ii) uma lógica empreendedora que coloca a destruição criativa na escala urbana como meio de reativação de circuitos diversos de acumulação, principalmente através de renovações urbanas em diferentes formas de parcerias público privadas, abandonando, até certo ponto, o consumo coletivo, e apostando na conformação de condições diversas que permitam a atratividade de capitais em seus múltiplos circuitos, por meio de lógicas de monopólio e exclusividade. A escala urbana, nesse caminho, tem se conformado como um dos principais focos das estratégias de desmonte do *Welfare*, num incessante processo de experimentações, que moldam e remoldam as paisagens institucionais de modo a conformar híbridos e polimorfos de *Workfare's* urbanos (ver síntese no Quadro 1).

**Tabela 1: Exemplo de uma tabela que pode ser utilizada. Fonte: elaborado com base nas discussões do artigo.**

	<b>Administrativismo Urbano</b>	<b>Empreendedorismo Urbano</b>
<b>Regime de Acumulação</b>	Regime de transição em relação à escala nacional (fordista), de modo a colocar o urbano como suporte para o consumo de massa.	O urbano enquanto máquina especulativa de crescimento, focada na materialização de condições que permitam a atração de capitais em seus diversos circuitos.
<b>Modo de gestão</b>	Busca, até certo ponto, uma coerência em relação ao modo de regulação nacional, de forma a estabelecer a manutenção do status de cidadão e do consumo de massas, principalmente através do consumo coletivo.	Busca estabelecer processos de destruição criativa que permitam a reativação de ciclos de acumulação, favorecendo a reprodução do capital e, até certo ponto, precarizando a reprodução do trabalho.
<b>Relação Escalar</b>	Hierárquica em relação ao nível nacional, colocando o urbano como regime de transição, garantindo uma coerência primordial à escala nacional.	O urbano possui autonomia relativa em relação às demais escalas, onde os diversos agentes que atuam em tal escala, buscam erigir modelos de acumulação hegemônicos, de modo a desafiar a coerência nacional.

É ainda possível colocar, através de tal revisão, que as transformações nos regimes de acumulação, de forma geral, parecem ter um crescente papel do capital a juros na estruturação da tomada de decisões. Aparentemente, tem-se em marcha uma lógica de apropriação de rendas de formas diversas, seja das rendas do trabalho diretamente através dos arrochos salariais ou indiretamente através dos salários indiretos proporcionados pelos Meios de Consumo Coletivos disponibilizados pelo Estado; bem como, dos lucros, ao inserir em voga a contradição entre empresário e acionista. Ou ainda, se pode compreender esses processos escalares como parte de uma reestruturação nos regimes de acumulação diversos. No urbano, tal fenômeno parece se colocar através da articulação de tais coalizões na instauração da máquina de crescimento, levando a diferentes formas de apropriação de rendas. Porém, de modo geral, tais discussões acerca de uma “financeirização” da produção do urbano, ainda se encontram, de certo modo, em um status relativamente preliminar, de forma que o termo ao explicar tudo pode muitas vezes não explicar nada. É necessário, nesse sentido, aprofundar as leituras e buscar compreender qual as correlações de tal fenômeno na estrutura geopolítico econômica da urbanização, ou ainda, como este afeta as tomadas decisões de forma direta ou indireta não apenas por vias institucionais, mas dentro da articulação mais geral na destruição criativa dos regimes de acumulação e modos de regulação.

Para além dessas questões, é perceptível uma certa imprecisão dos autores ao se tratar das (poucas) referências realizadas às realidades dos capitalismo subdesenvolvidos, periféricos e dependentes. Nesse escrito, devido à complexidade do assunto, não se tocou nessas questões, porém, tendo em mente que a relação entre os regimes de acumulação e modos de regulação podem gerar coerências com padrões múltiplos, é seguro assumir que, num

capitalismo subdesenvolvido, periférico e dependente como nos países latino-americanos, as lógicas escalares identificadas no regime de valor fordista não possui validade, uma vez que se trata de formações espaço-tempo distintas e, conseqüentemente, com funcionalidades urbanas peculiares. É necessário ter um aprofundamento de tal debate na condição dos capitalismos latino-americanos, de modo a compreender seus intrincados processos históricos de formação de estruturas com múltiplas particularidades em relação as teorizações realizadas pelos autores anglo-saxões. É fundamental, nesse sentido, não apenas interpretar o Sul a partir do Norte, mas se dedicar ao desafio de compreender a ontologia, ou ainda, a lógica objetiva das estruturas que permeiam a sociabilidade capitalista latino-americana, de modo a renovar o pensamento crítico de tal contexto através de uma conversas e/ou fricção com as categorias desenvolvidas no Norte com uma perspectiva desde o Sul. Dado o ferramental teórico desenvolvido por tais autores (anglo-saxões) que possibilita a construção de cenários distintos com possibilidades de articulações escalares plurais, temos condição de desenvolver tais questões para o cenário da América Latina, concretizando seu processo histórico de formação em estruturas específicas (coerências estruturadas com regimes de acumulação e modos de regulação particularizados), possibilitando a construção das mediações adequadas às análises, e compreendendo a funcionalidade específica do urbano em suas relações escalares.

Tendo em mente esses processos, e relembando o aviso inicial da intenção de estruturar questões, é possível apresentar algumas indagações gerais:

1. Em um nível teórico-metodológico, é possível colocar que, uma vez que a análise espacializada das transformações capitalistas estão em um nível concreto que exige a leitura histórica particular de certas formações, ou seja, abordagens mais concretas das relações do capital com o espaço no tempo, é possível apontar tendências gerais nesse nível de abstração? Ou seja, é possível apontar tendências gerais de uma geoeconomia política da urbanização contemporânea ou estas estão circunscritas a contextos de formação espaço-tempo específicas?;
2. Num sentido mais ontológico, pode-se colocar a questão, já previamente adiantada, acerca da possibilidade de não-correspondência entre os processos supracitados na relação trans e multiescalar do urbano nos contextos Norte e Sul global. Ou ainda: em contexto de capitalismo subdesenvolvidos periféricos e dependentes, como essa lógica se particulariza?;
3. Colocando isso em um nível relacional, sabendo que contextos de formação não-fordista podem apresentar peculiaridades em relação ao que foi apreendido nesse escrito no que condiz a centralidade da escala urbana na destruição criativa dos *Welfare's*, como a interpretação dessa condição pode complexificar a compreensão de uma geoeconomia política da urbanização que inclua as relações de poder entre regimes de centro e periferia do sistema mundo?

Essas noções não pretendem ser um corpo fechado, e, imagino, deve haver uma série de leituras e possibilidades que fogem dos cenários aqui traçados. Há ainda a possibilidade, no que condiz às questões teóricas, de enriquecimento e complexificação do debate com outras correntes de pensamento, que, porém, não cabem (tanto em sentido de campo quanto em espaço) para esse texto. Mas, para além disso tudo, temos aqui base suficiente para movimentar e avançar no debate em vias de construir uma noção integrada e complexificante das causalidades escalares diversas dos processos de urbanização no capitalismo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 510-555, 1995.
- AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation: the US experience**. London/New York: Verso, 2015 [1976].
- BOYER, R. **Teoria da regulação: os fundamentos**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BRANDÃO, C. A. Por uma geoeconomia política espacial da sociedade urbana. In: **SERPA, A.** Geografia Urbana: Desafios teóricos Contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2018. Cap. 3.
- BRENNER, N. A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia. **Cadernos Metropole**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 535-564, Jul/Dez 2010.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization. **Global Networks**, v. 10, n. 2, p. 182-222, abr. 2010a.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. After neoliberalization? **Globalizations**, New York, v. 7, n. 3, p. 327-345, 2010b.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and the geographies of "actually existing neoliberalism". **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 349-379, jul. 2002.
- HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005 [1981]. Cap. V, p. 127-162.
- HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005 [1985]. Cap. VI, p. 163-190.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

JESSOP, B. **El futuro del Estado capitalista**. Madrid: Catara, 2008.

JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. Theorizing sociospatial relations. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 26, p. 389-401, 2008.

JESSOP, B.; SUM, N.-L. **Beyond the regulation approach**: putting capitalist economies in their place. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política : livro II : O Processo de Circulação do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014 [1885].

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].

PECK, J. **Constructions of Neoliberal Reason**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PECK, J.; BRENNER, N.; THEODORE, N. Neoliberal Urbanism. **SAIS Review**, New York, v. 29, n. 1, p. 49-66, Winter-Spring 2009.

PECK, J.; THEODORE, N. Variegated capitalism. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 6, p. 731-772, 2007.

PECK, J.; THEODORE, N. **Fast policy**: experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2015.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.